CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – CNA

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Filiada na Coordenadora Europeia Via Campesina

Avanços na "Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses" só são possíveis com outras políticas do Ministério da Agricultura e do Governo

A CNA congratula-se com a decisão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas de criar um Grupo de Trabalho independente para a implementação da "Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e outras pessoas que trabalham em zonas rurais" (UNDROP, na sigla em inglês), considerando-a um passo importante e necessário para a protecção, promoção e respeito pelos direitos dos agricultores familiares e da Soberania Alimentar dos povos.

Este Grupo de Trabalho terá como funções promover a divulgação e implementação eficaz e abrangente da UNDROP, identificar objectivos e lacunas na sua implementação a nível nacional, regional e internacional e promover boas práticas, recolhendo informações, contribuindo para a assistência técnica e o reforço de capacidades, e fazendo recomendações ao Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

Reunida no domingo em Coimbra, a Direcção da CNA, sinalizando o papel do Governo português no processo de aprovação da UNDROP, reclama que, no desenho das políticas públicas nacionais para o sector, actue em conformidade com a posição que tem assumido internacionalmente.

As dificuldades que se agravam para os pequenos e médios agricultores, de escoamento a preços justos, elevados custos de produção, alterações do clima, prejuízos causados por javalis e outros animais selvagens, discriminações da Política Agrícola Comum, desmantelamento de serviços públicos nas zonas rurais, violências exercidas sobre as mulheres agricultoras e rurais, agudizam-se sem resposta adequada por parte do Ministério da Agricultura e do Governo.

O acesso à terra para produzir é cada vez mais dificultado, com a ocupação de terras com aptidão agrícola e florestal por enormes centrais fotovoltaicas, para créditos de carbono e para instalação de culturais industriais super-intensivas, nas mãos de grandes multinacionais. Tudo converge para, sob a capa de supostos objectivos ambientais, aumentar o poderio do grande agro-negócio, em prejuízo das populações.

A CNA reitera a urgência de inverter as políticas que privilegiam e promovem o grande agronegócio que delapida recursos naturais, prejudica o ambiente e atropela os direitos fundamentais dos pequenos e médios agricultores e da população.

O cumprimento da UNDROP em Portugal exige a concretização do Estatuto da Agricultura Familiar, com a verba necessária no Orçamento do Estado para 2024, de forma a contribuir para a melhoria dos rendimentos das explorações agrícolas familiares, para a qualidade alimentar dos portugueses e para a Soberania Alimentar do país.

Hoje, 16 de Outubro, quando se assinala o Dia Mundial da Alimentação, a CNA reafirma o importante papel da Agricultura Familiar na produção de alimentos saudáveis e sustentáveis do ponto de vista ambiental, social e económico, e no abastecimento dos mercados de proximidade.

A Agricultura Familiar é de importância estratégica para a Soberania Alimentar e para o desenvolvimento do País, e ignorá-la é um erro crasso, sendo cada vez mais necessário uma política que a valorize.

Coimbra, 16 de Outubro de 2023

A Direcção da CNA

Sede: Rua do Brasil, 155 – 3030-175 Coimbra · tel. 239708960 · e-mail cna@cna.pt · site www.cna.pt
Delegação em Bruxelas: Rue Grisar 38, 1070 Anderlecht, Bruxelas – Bélgica